



EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO?¹

Jany Rodrigues Prado²
E-mail: jprado@uneb.br
Fernanda Silva Santos³
Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre Políticas e Práticas de Educação Infantil que foi realizada nos anos de 2022 e 2023 pelo Observatório da Infância e Educação Infantil da Universidade do Estado da Bahia. Este trabalho, objetiva conhecer a realidade das pesquisas científicas no tocante à Educação Infantil nos Planos Municipais de Educação (PME), no período de 2014 a 2024. Por meio da abordagem qualitativa, adota Estado do Conhecimento realizado no Banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Com os resultados da pesquisa, fica evidente que para se alcançar os resultados almejados, é necessário um planejamento que envolva a participação de diferentes agentes políticos no seu processo de elaboração, aprovação, execução, monitoramento e avaliação, por se tratar de uma Política Educacional que tem o dever de garantir a oferta e permanência dos bebês e das crianças à Educação Infantil de qualidade. A pesquisa nos possibilitou conhecer diferentes percepções acerca das Políticas Educacionais para a Educação Infantil, em especial o Plano Municipal de Educação e a Meta 01, bem como compreender como cada região compreende essa etapa da educação básica, além de acompanhar as estratégias de avaliação e monitoramento dessa meta.

Palavras-chave: Educação Infantil. Políticas Educacionais. PME.

PALAVRAS INTRODUDORIAS

Este trabalho objetiva conhecer a realidade das pesquisas científicas no tocante à Educação Infantil nos Planos Municipais de Educação (PME), no período de 2014 a 2024. Trata-se de um recorte da pesquisa em desenvolvimento do Programa de Iniciação Científica (IC) que conta com apoio do (PICIN), intitulada Políticas e Práticas de Educação Infantil no Município de Guanambi- Bahia, que objetiva analisar as estratégias de acompanhamento das políticas de Educação Infantil no Plano Municipal de Educação de Guanambi-BA (2014-2024)

Desse modo, com o levantamento realizado nos Anais das plataformas de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação

¹ Resumo produzido como parte de conclusão da pesquisa de Iniciação Científica no âmbito do Políticas e Práticas de Educação Infantil, com financiamento do Programa de Iniciação Científica - PICIN.

² Mestra em Educação e Professora substituta, na Universidade do Estado da Bahia, DEDC – Campus XII. E-mail: jprado@uneb.br

³ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. E-mail: fs910629@gmail.com

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas Públicas

16 a 19 de agosto

em Ciência e Tecnologia (IBICT), buscou-se conhecer como essas pesquisas retratam a Educação Infantil na política do Plano Municipal de Educação e que estratégias e ações são realizadas para esta etapa, visto que ao longo do tempo está encontrando dificuldades para se efetivar de forma definitiva.

Compreender sobre a importância da Educação Infantil como uma etapa da educação básica é de suma importância, pois é a partir dela que a criança se entende como sujeitos de direito, além de essa etapa oportunizar aos pequenos experimentar novas possibilidades e construir novas aprendizagens. Dessa forma, este trabalho demonstra a relevância, à medida que busca conhecer a realidade das pesquisas científicas no tocante à Educação Infantil nos Planos Municipais de Educação (PME), no período de 2014 a 2024, pois para se pensar em ações e estratégias para esta etapa, é necessário envolver um planejamento que tenha como centralidade as especificidade e diversidade do processo educativo, tal como reconhecer a necessidade de Políticas Públicas Educacionais que assegurem a efetivação da Educação Infantil nos diferentes espaços e regiões.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O trabalho é de abordagem qualitativa e utilizou o Estado do Conhecimento para levantamento das informações. Para Morisini e Santos (2021), O EC é um tipo de pesquisa bibliográfica, baseada, principalmente, em teses, dissertações e artigos científicos, que possibilitam conhecer o que está sendo pesquisado em nível de pós-graduação *stricto sensu* de determinada área, sobre determinado tema.

Nesse sentido, a pesquisa efetivou-se a partir do levantamento bibliográfico, que buscou identificar estudos relacionados à temática “Estratégias de acompanhamento das políticas de Educação Infantil no Plano Municipal de Educação”. A busca se deu nas plataformas de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utilizando descritores ‘Educação Infantil’, “Políticas” e “Plano Municipal de Educação”, utilizando o operador booleano “*and*” para ampliar a pesquisa nas plataformas.

O recorte temporal escolhido abrange os trabalhos entre os anos de 2015 a 2023, a preferência se justifica porque os Planos Municipais se efetivaram com a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) nos anos de 2014 a 2024, mas delimitamos 2015, porque ao



realizar a consultar nos anais, não encontramos trabalhos no ano de 2014. Com os descritores estabelecidos, assim como o recorte temporal, consideramos os títulos e resumos das produções totalizando 9 trabalhos para dar início à análise.

O QUE DIZEM AS PESQUISAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Os objetivos das produções publicadas no IBICT problematizam as questões em torno do Plano Municipal de Educação. Estes consistem em analisar e identificar as estratégias para a Educação Infantil, bem como uma política educacional que se materializa em suas ações e metas, além de possibilitar elementos que indiquem condições necessárias para a qualidade da Educação Infantil (SILVA, 2019; PROÊNCIO, 2019; FAUSTINO, 2020).

Embora essas produções tenham percorrido por diferentes caminhos, ambas em sua estrutura, discutem sobre o PME como complemento e delimitador ao atendimento da população, trazendo preocupações em torno da Educação Infantil e sobre a necessidade de se levar em conta a especificidade do município para a ampliação da Educação Infantil de forma efetiva.

As produções localizadas no Portal Periódico CAPES buscaram analisar e problematizar as questões sobre as Políticas para a Educação Infantil, além de discutirem sobre os avanços e retrocessos que a Educação Infantil perpassa ao longo das últimas décadas. Destacam, ainda, que alguns avanços surgem com a falsa intenção de investir e que buscam e tentam privatizar e escolarizar essa etapa da Educação básica. Assim, abordam sobre uma política de avaliação para Educação Infantil, a fim de contribuir para uma educação de qualidade (RICHTER E SILVA, 2018; TRIPODI, DELGADO E RODRIGUES, 2018; COUTINHO E ALVES, 2019).

As produções apresentam questões que discutem sobre as limitações dos PMEs, bem como Políticas para Educação Infantil, revelando desse modo a desigualdade para o cumprimento das metas que envolvem a centralidade dessa etapa da educação, como também o desconhecimento sobre as concepções de criança, infância e Educação Infantil, que são de suma importância para organizar e alcançar as estratégias propostas.

O levantamento realizado no Banco de Dissertações e Teses da CAPES permite-nos concluir que os objetivos dessas produções se voltam para analisar e investigar as estratégias e ações para o cumprimento das metas que tangem a Educação Infantil, estes apontam que os

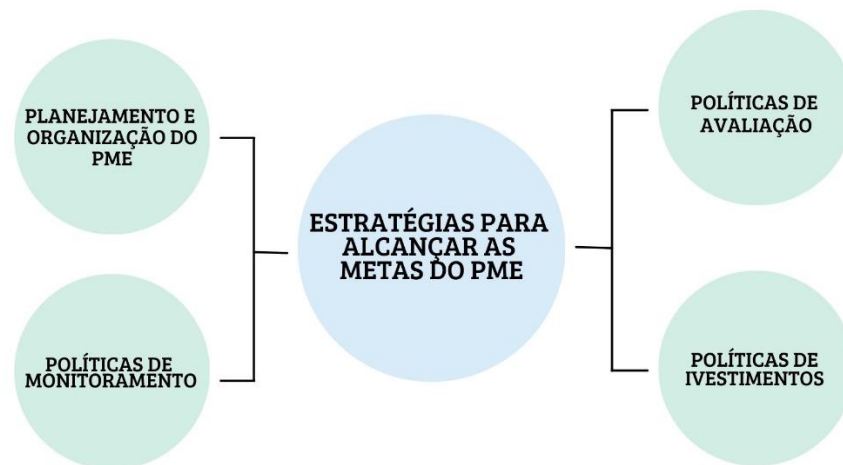


PMEs trazem em suas estruturas fragilidades, principalmente quando abordam sobre o PNE (SILVA, 2028; CAMPO JÚNIOR, 2020; ALVES, 2021).

Desse modo, essas pesquisas ainda apontam que os principais desafios encontrados para cumprimento das metas envolvem falta de investimento para a Educação Infantil, o que impede a universalização e ampliação de vagas para essa etapa. Assim, a Educação Infantil se encontra negligenciada por falta de recursos e profissionais com formação adequada, além de ser considerada por algumas entidades como um trabalho com viés assistencialista.

Constatamos com o levantamento que as políticas públicas perpassam por várias etapas desde sua elaboração, planejamento, execução e avaliação que precisam de um constante monitoramento para sua efetivação. Outro ponto a ser destacado envolve a compreensão da relação intrínseca dessas ações, que não se dão em um vazio e sim pela articulação entre si. Desse modo, a figura abaixo demonstra a relação dos artigos, teses e dissertações analisados, trazendo as principais características para facilitar e possibilitar o cumprimento das metas do PNE e PME.

Figura 1: Relação dos artigos, teses e dissertações



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

É possível inferir que quando se volta para estratégias que visam ao alcance das metas, há grandes dificuldades a serem encontradas no percurso, principalmente pela fragilidade que se encontra quando falamos em políticas voltadas para a Educação Infantil, mas o levantamento nos permite concluir sobre a importância dos instrumentos presentes na Figura 1 estarem



interligados para se alcançar as metas do PME, que são ações orientadoras e planejadas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que norteiam os processos de desenvolvimentos das intervenções, para garantir recursos necessários a sua efetivação.

APONTAMENTOS FINAIS

A pesquisa nos possibilitou conhecer diferentes percepções acerca das Políticas Educacionais para a Educação Infantil, bem como compreender como cada região compreende essa etapa da educação básica e a materializa em seu PME.

Evidenciou ainda que para se alcançar os resultados almejados no PME, é necessário um planejamento que envolva a participação de diferentes agentes políticos no seu processo de elaboração, aprovação, execução, monitoramento e avaliação, por se tratar de uma Política Educacional que tem o dever de garantir a oferta e permanência dos bebês e das crianças à Educação Infantil de qualidade. Para tanto, é preciso compreender que as estratégias para cumprimento da Meta 1 do PNE e PME envolvem políticas de monitoramento, de avaliação e política de investimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Hilário. **O direito à Educação Infantil em Uberlândia: análise das estratégias do plano municipal de educação (2015 – 2025)**. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32884>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CAMPO JÚNIOR, Adel Ferreira. **Plano Municipal de Educação Infantil Corumbá -MS (2015 2025): Ações e Processos para o cumprimento da meta 1 _ Educação Infantil**. 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9306352>. Acesso em: 5 jul. 2023.

COUTINHO, Ângela Scalabrin; ALVES, Thiago. Desigualdade de acesso à Educação Infantil: uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá. 194 **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 194-217, mai./jun.. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.63738>>. Acesso em: 5 jul. 2023.



FAUSTINO, Viviane Aparecida Salvador. **Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Educação Infantil em Planos Municipais de Capitais Brasileiras**. 2020. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/12343>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PROÊNCIO, Lilian Martins de. **A Educação Infantil e a Obrigatoriedade: O Que Propõem os PMES de Quatro Municípios da Região de Guarapuava/PR? Guarapuava 2019**. 2019. Disponível em: <<http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1642>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

RICHTER, L. M.; SILVA, M. V. Políticas públicas para Educação Infantil e direito à educação: avanços e lacunas em âmbito municipal. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 173–189, 2018. DOI: 10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v7n1a2018-13. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/47054>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SANTOS, P; MOROSINI, M. C. (2021). O Revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento Para Além De Uma Revisão Bibliográfica. **Revista Panorâmica Online**, 33. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>

SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. **O planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da educação infantil na região metropolitana do recife**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32191>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SILVA, Joyce Danielly Pedrosa da. **Políticas Públicas e a Educação Infantil no Município do Recife: Analisando as Metas do Atual Plano Municipal de Educação**. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34272>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

TRIPODI, M. do R. F.; DELGADO, V. M. S.; RODRIGUES, E. C. Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os planos municipais de educação (2014-2024)? -**Revista Brasileira de Educação** v. 23 e230064, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100251&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 06 fev. 2019.